Proc. TC-018.559/2010-7
Tomada de Contas Especial

PARECER

Trata-se de tomada de contas especial autuada por determinação do Acórdão 3715/2010 - 1ª Câmara, TC 026.128/2006-0, versando sobre irregularidades supostamente verificadas no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do estado do Ceará (Crea/CE).

Refêrido processo documenta as conclusões de inspeção realizada no Crea/CE pela Secretaria de Controle Externo no estado do Ceará (Secex-CE), peça 1, p. 1-25, cujo resultado consubstanciou-se em 31 quesitos entre citações e audiências.

As citações e audiências foram dirigidas aos Srs. Otacílio Borges Filho e Antônio Salvador da Rocha, presidentes do Conselho em 2005 e em 2006-2010, respectivamente.

Em duas citações, há solidariedade com o Sr. Ésio do Nascimento e Silva, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará em 2005.

CITAÇÕES

Subitem 3.1.a:

“Ausência de prestação de contas de diárias recebidas por parte dos Srs. João Bosco Andrade de Moraes, José Neudete de Vasconcelos e Antônio Salvador da Rocha (R\$ 495,00, de 20/10/05; R\$ 138,00, de 10/11/05 e R\$ 495,00, de 12/12/05), em inobservância à Portaria Crea/CE 071/2006 (art. 5º, parágrafo 3º e art. 7º) (Proc. 35.319/2005, Proc. 37.422/2005, Proc. 41.168/2005 e Proc. 42.251/2005) (itens 11 a 13 do Relatório de Inspeção, peça 1, p. 4).”

Não obstante os termos da citação referirem-se à ausência de prestação de contas, pressupondo-se a falta de apresentação de documentos tais como cartão de embarque, certificado de participação ou documentos assemelhados, a instrução da Secex-CE faz alusão à aprovação, pela Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, das participações dos empregados nos eventos sob a ótica da aderência às finalidades institucionais do Conselho Regional.

Vejamos trecho do relatório que fundamentou a citação:

“Como todos os processos se referem a pagamentos de diárias, a norma que deve ser seguida é a Portaria CREA/CE nº 71/2006 (art. 5º, §3º, e art. 7º), que determina textualmente a realização de prestação de contas por parte dos seus beneficiários, nos moldes nela estabelecidos. Portanto, ausentes estes documentos de prestação de contas, fica o beneficiário sujeito ao ressarcimento dos valores a ele entregues. Em razão disso, a equipe argui pela citação do presidente da instituição.” (Grifos acrescidos).

Tratando-se de ausência de prestação de contas, como sugere o teor da citação, e ressalvada a hipótese de não adoção de medidas administrativas pertinentes, a responsabilidade recairia sobre os beneficiários, sendo inapropriada, sob esse viés, a citação do ex-presidente do Conselho.

Prejudicada, portanto, a citação e, em vista da imaterialidade dos valores envolvidos, prescindível, sob a nossa ótica, a realização de novas citações.

Subitem 3.1.b:

“Realização de despesa sem amparo legal no valor de R\$ 82,50, em 21/9/05, relativa ao pagamento de despesas com pousadas e alimentação em benefício do Sr. José Eduardo de Paula Alonso, a título de colaboração eventual, em período de campanha eleitoral para presidência do Confea (Processo 2005-33.221) (item 14).”

A unidade técnica, em sua análise, afirma não haver provas da relação entre o pagamento realizado e a campanha eleitoral e, ainda assim, categoriza a falha como exemplo de controles poucos eficazes, em suposta violação ao princípio da legalidade, propondo, em arremate, a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso III, da Lei 8.443/1992.

Todavia, não confirmada a irregularidade, e não sendo estes os motivos da citação, inaplicável a multa.

Subitem 3.1.c:

“Realização de despesa antieconômica (art. 70 da CF/88 c/c o art. 16, inc. III, c, da LO - TCU) (R\$ 1.198,57, de 17/11/05 e R\$ 1.139,10, de 13/4/05), relativa ao pagamento de passagem aérea em favor do advogado Antônio Delano Soares Cruz, a título de colaboração eventual, para tratar de interesse do Crea/CE no TCU em Brasília (Processo 2005-4.182), tendo em vista que a instituição já possui em seus quadros advogados-empregados e assessores (item 25).”

Subitem 3.1.d:

“Realização de despesas antieconômicas, com fundamento no art. 70 da CF/88 c/c o art. 16, inc. III, c, em face da contratação de serviços advocatícios no valor de R\$ 98.529,68 (2005, saldos apurados em 31/12/2005), mesmo existindo advogados no quadro efetivo e em cargos em comissão na instituição (item 46).”

Subitem 3.4.a:

“Realização de despesas antieconômicas, com fundamento no art. 70 da CF/88 c/c o art. 16, inc. III, c, face à contratação de serviços advocatícios no valor de R\$ 32.822,41 – 2006; R\$ 16.412,12 – 2007 e R\$ 2.036,20 – 2008 (saldos apurados em 31.12 de cada ano), mesmo existindo advogados no quadro efetivo e em cargos em comissão na instituição (item 46).”

Os três tópicos anteriores censuram a antieconomicidade de despesas relativas à terceirização de advogados para atuação nos quadros do Conselho.

Há vasta jurisprudência do Tribunal acerca do tema:

Acórdão 852/2010-TCU-Plenário. Determinação ao Banco da Amazônia:

“9.5.1 cumpra fielmente os Acórdãos n.ºs 1443/2007-TCU-Plenário e 3480/2008-1º Câmara, de forma a contratar serviços advocatícios apenas para atender a situações específicas devidamente justificadas, abstendo-se de contratá-los para execução de atividades rotineiras do órgão, salvo eventual demanda excessiva.”

O Voto do relator fundamentou o decidido nos termos seguintes:

“7. Importa asseverar que a questão primordial analisada nestes autos diz respeito à terceirização de serviços advocatícios, que o Banco da Amazônia S/A insiste em manter mediante a contratação de escritórios de advocacia para prestação de serviços judiciais e extrajudiciais em geral, em vez de contratar os referidos profissionais por meio de concurso público.

8. A matéria já tem entendimento firmado por este Tribunal no sentido de que contratações dessa espécie somente podem ser consideradas legais se efetivadas para serviços específicos, de natureza não continuada e com características singulares e complexas, que evidenciem a impossibilidade de serem prestados por profissionais do próprio quadro da entidade.” (Grifos acrescidos).

Outras bases jurisprudenciais podem ser encontradas nos Acórdãos 2967/2011-TCU-Plenário, 3070/2011-TCU-Plenário e 3071/2011-TCU-Plenário.

Portanto, a contratação de advogados, isoladamente considerada, não implica necessariamente infração constitucional, legal ou jurisprudencial, mas apenas quando tomada em conjunto com elementos capazes de evidenciar tratar-se de serviços não específicos, de natureza continuada e sem características singulares e complexas.

Ademais, mesmo presentes tais elementos, não se configuraria débito, exceto se verificada a não prestação do serviço, sob pena de caracterizar-se enriquecimento ilícito da Administração.

Em vista dessas considerações, entendemos prejudicada a citação e inadequada a proposição de multa sugerida pela unidade técnica em razão do “rompimento de princípios básicos da Administração”.

Subitem 3.1.e:

“Ausência de prestação de contas dos gastos relativos à 62ª. Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, realizada em Vitória/ES, conforme registros contábeis do centro de custos da autarquia e infringência à deliberação contida na Ata da 224ª. Reunião Ordinária da Diretoria do Crea/CE, que determinou quais pessoas deveriam ser autorizadas a participarem do referido evento, totalizando a quantia de R\$ 60.739,79 (2005, saldos apurados a 31.12.2005) (item 28 e 31).”

Refere-se ao pagamento de passagens aéreas e diárias a dezenove pessoas para integrar delegação do Crea em congresso, quando a diretoria colegiada teria deliberado o custeio de despesas somente de diretores ou coordenadores de câmaras especializadas. Não haveria, além disso, prestação de contas de gastos realizados.

Em sua defesa, o responsável esclareceu a importância do evento para o Sistema Confea/Crea e argumentou que as prestações de contas constariam dos processos 20539318, 200539307 e 200537351 (doc. 18: peça 8, p. 23-51; peça 9, p. 3-23).

Não há, entretanto, nas referidas peças, cartões de embarque ou comprovante de participação nos eventos, documentos hábeis para comprovar o efetivo deslocamento, bem como a atividade realizada, conforme dispõe o art. 5º, § 3º, e art. 7º da Portaria Crea/CE 71/2006.

Porém, devemos mencionar que a falta de prestação de contas demandaria a citação dos próprios beneficiários, admitindo-se a corresponsabilidade do presidente do Conselho no caso de omissão no dever de adotar medidas tendentes a cobrar dos participantes os documentos certificadores da viagem ou, alternativamente, o ressarcimento dos valores correspondentes, ponto não discutido nos autos.

Por outro lado, a participação de pessoas não autorizadas implicaria a citação somente dos valores excedentes.

Em vista disso, ante a ausência de informações precisas nos autos, as evidências de que o evento harmoniza-se com as atividades do Conselho e, sobretudo, o longo prazo decorrido, pensamos restar prejudicada a citação.

Subitem 3.1.f:

“Ausência de prestação de contas da quantia de R\$ 966,00, de 18/10/05 relativa a recursos descentralizados à Associação profissional dos geólogos do Ceará (proc. 2005-14.586) (item 73 do Relatório de Inspeção – peça 1, p. 12).”

Subitem 3.1.j:

“Ausência dos documentos comprobatórios da prestação de contas relativos ao repasse feito ao Instituto Centro de Ensino Tecnológico, no valor de R\$ 1.000,00, de 8/10/05, para a elaboração do VI Encontro Tecnológico (proc. 2005-37.418) (item 76 do Relatório de Inspeção).”

Subitem 3.1.k:

“Ausência dos documentos comprobatórios da prestação de contas relativos ao repasse feito à MP TUR Turismo Ltda. para realização dos congressos XIII Conabea e XXIII Ensea, no valor de R\$ 3.420,00, de 26/11/05 (proc. 2005-41.949) (item 79 do Relatório de Inspeção).”

No que concerne aos três subitens antecedentes, a inspeção realizada no Crea/CE constatou a falta de documentos fundamentais, como instrumento de convênio, comprovações de despesas e chancela da Assessoria Jurídica.

A unidade técnica, ao avaliar o tema, considerou que essa irregularidade reforçaria a observação da “desorganização nos procedimentos internos e consequente inobservância ao princípio da legalidade, (...), motivando, portanto, a aplicação ao responsável da multa (...)”.

Não são estas, todavia, as condutas anunciadas na citação. Ademais, conforme mencionado anteriormente, a ausência de prestação de contas sugere omissão do dever de prestar contas por parte das entidades beneficiárias dos recursos, estas sim passíveis de citação, cabendo ao presidente do Conselho ser eventualmente responsabilizado pela falta de adoção de medidas tendentes a reaver os valores respectivos, ato não cogitado nestes autos. Em vista disso, e ante a baixa significância das cifras envolvidas, resta, em nossa compreensão, prejudicada a citação e desaconselhável o seu refazimento.

Subitem 3.1.g:

“Ausência dos documentos comprobatórios de despesa feita à Editora Verdes Mares para a veiculação de propaganda, no valor de R\$ 7.000,00, de 27.12.05 (proc. 38.978/2005) (item 108 do Relatório de Inspeção).”

Segundo relatado na instrução que precede este parecer, as três publicações constam da peça 9, p. 25-27, estando elidida a questão.

Entretanto, os documentos requeridos, estritamente falando, lembrariam notas fiscais, notas de empenhos, extratos bancários, entre outros, e não o cumprimento do objeto propriamente dito.

Portanto, considerando que o relatório de inspeção que fundamentou a citação discorre sobre a falta de comprovação da publicação, nada mencionando sobre a ausência de documentação, como constou no subitem em epígrafe, prejudicada a citação e, demonstrado o atingimento do fim proposto, inexistente o débito presumido.

Subitem 3.1.h:

“Realização de despesa sem amparo legal no valor de R\$ 450,00, em 29/10/05, relativa às despesas com aluguel de auditório e coffee-break para realização de evento a favor de presidente licenciado do Crea/MG (envolvendo gastos de natureza eleitoral) (Proc. 34.093/2005) (item 123).”

O responsável afirma que o pagamento destinou-se à palestra do presidente licenciado do Crea/SP, Sr. José Eduardo de Paula Alonso, conforme nota orçamentária acostada à peça 10, p. 1, e a unidade, por considerar que o Confea manifestou-se pela regularidade da despesa, aquiesceu a defesa, posicionamento com o qual concordamos.

Subitem 3.1.i:

“Realização de despesa sem amparo legal (R\$ 22.000,00, empenho 2341, de 19/12/2005 e R\$ 2.000,00 2342, de 20/12/2005) para a realização de confraternização natalina (proc. 2005- 43771) (item 132).”

Débito apropriadamente confirmado pela Secex-CE, conforme discorrido nos parágrafos 70-73 da instrução à peça 50.

Subitem 3.1.l:

“Realização de despesa sem o amparo legal referente à compra de refeições e lanches de forma continuada ou não, cujas despesas não se coadunam com o interesse da instituição, conforme Livro Razão, na ordem de R\$ 37.585,80 (31/12/2005), saldos apurados nestas datas (item 114).”

Subitem 3.4.b:

“Realização de despesa sem o amparo legal referente à compra de refeições e lanches de forma continuada ou não, cujas despesas não se coadunam com o interesse da instituição, conforme Livro Razão, na ordem de R\$ 28.140,88 (31/12/2006), R\$ 16.369,71 (31/12/2007) e R\$ 59.565,67 (31/12/2008), saldos apurados nestas datas (item 114).”

No tocante aos subitens 3.1.l e 3.4.b, os responsáveis afirmaram que os gastos destinaram-se ao suprimento de lanches para conselheiros participantes de reuniões plenárias, de câmaras e grupos de trabalho e na realização de eventos institucionais.

Enfatizam que os conselheiros, no exercício de atividade não remunerada, custeiam despesas de deslocamento, enquanto o Crea disponibiliza lanches. Além disso, inexistiriam lanchonetes nas instalações e as localizadas nas imediações estariam fechadas no horário reservado às reuniões. O custo médio do lanche por conselheiro corresponderia a R\$ 4,00.

Em adendo, reportaram-se ao Acórdão 3084/2007-TCU, que *“em momento algum foi no sentido de que as despesas referentes a compra de refeições e lanches não tinham amparo legal”*.

Apesar de correta a assertiva descrita no parágrafo anterior, devemos lembrar que, de fato, não há obstáculos à contratação destinada ao fornecimento de lanches, refeições e coquetéis, mas necessidade de alinhamento desses gastos às finalidades institucionais e, no acórdão citado, discutiam-se apenas inconformidades encontradas no edital convocatório, sem adentrar-se nos objetivos dos gastos, implicitamente tidos como regulares.

No caso presente, diferentemente, as despesas realizadas, de natureza contumaz, dissociam-se flagrantemente dos objetivos do Crea, conforme nos assegura a exegese do voto condutor do Acórdão 1730/2010-TCU-Plenário:

Gastos com lanches ou coffee breaks oferecidos durante eventos, seminários, reuniões realizadas no âmbito de um órgão ou entidade, por vezes, são justificáveis, pois relacionadas as atividades do órgão.

“(…) todavia além do fornecimento de refeições diárias para os seus empregados, contratou-se o fornecimento diário não só de água, café e lanches, mas de jantares semanais para os participantes das reuniões do Conselho, de festas de fim de ano (...)” (Grifos acrescidos).

Os montantes anuais consumidos traduzem-se nos números seguintes:

2005: R\$ 37.585,80

2006: R\$ 28.140,88

2007: R\$ 16.369,71

2008: R\$ 59.565,67

Em termos quantitativos, a um lanche médio de R\$ 4,00, no caso de 2005, teriam sido servidos cerca de 783 lanches ao mês, 35 por dia, nos cinco dias úteis da semana, considerando meses de 22 dias úteis.

Logo, diversamente da proposta esposada pela unidade técnica, nosso entendimento é pela rejeição das alegações de defesa e pela consequente cobrança dos valores irregularmente desembolsados.

Subitem 3.2.a:

“Ausência de recolhimento de despesas realizadas pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará-AEAC em favor do Crea/CE face o uso de imóvel de propriedade do DNOCS, no valor de R\$ 2.402,93 (31/12/2005).” (Item 82).

Subitem 3.3.a:

“Ausência de recolhimento de despesas realizadas pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará-AEAC em favor do Crea/CE face ao uso de imóvel de propriedade do DNOCS, no valor de R\$ 3.149,39 (31/12/2006), R\$ 2.632,54 (31/12/2007) e R\$ 3.086,89 (31/12/2008), saldos apurados nestas datas (proc. 2003-3-10-142) (item 82 do Relatório de Inspeção).”

O primeiro subitem (3.2.a) tem como responsáveis solidários os Srs. Otacílio Borges Filho e Éσιο do Nascimento e Silva, e o segundo (3.3.a), os Srs. Antônio Salvador e também o Sr. Éσιο.

Após examinar a matéria, a unidade técnica concluiu que o débito declinara para R\$ 1.026,35. Além disso, relacionar-se-ia aos exercícios de 2006-2008, período sob a gestão do Sr. Antônio Salvador da Rocha, o que eliminaria a responsabilidade do Sr. Otacílio, titular do Conselho Regional em 2005.

O Sr. Éσιο do Nascimento e Silva, de igual forma, também não era presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará nos exercícios referidos nas citações.

Pertinente, portanto, na nossa visão, o acatamento das alegações do Sr. Éσιο e do Sr. Otacílio e dispensáveis novas citações do Sr. Antônio Salvador (procedimento requerido em face da mudança da solidariedade, apesar de o Sr. Antônio Salvador já ter sido citado mediante o subitem 3.3.a supra em valor superior ao débito remanescente) e do titular da Associação à época dos fatos, ante a baixa materialidade dos valores remanescentes (R\$ 1.026,35).

AUDIÊNCIAS

Subitem 3.5.a:

“Fracionamento de despesas para aquisição de material para fins de instalação da Web rádio do Crea/CE conforme registros contábeis do centro de custos da autarquia, totalizando a quantia de R\$ 65.715,83, em inobservância do art. 23, §5º, da Lei de Licitações (item 36).”

A Secex/CE constatou que a instalação de rádio *web* envolveu a aquisição de componentes eletrônicos diversos (estabilizadores, amplificadores, bancadas, armários, cabos, *plugs*, cola, prego, parafuso, lixa, tinta, revestimento acústico, entre outros).

Dessa forma, ao certificar-se da impossibilidade de aquisição integral por meio de um único fornecedor, com projeto plenamente concebido, acatou parcialmente as justificativas.

Todavia, por considerar a recorrente desobediência às normas da boa administração, propugnou pela imputação de multa ao responsável.

De fato, consoante explanou a unidade técnica, os itens exemplificados acima demonstram tratar-se de compra de materiais de naturezas diversas, insusceptíveis de serem adquiridos de uma única empresa.

No entanto, não sustentada a hipótese de fracionamento, pensamos ser processualmente incorreta a aplicação de multa em razão de ocorrências diversas, como proposto pela Secex/CE.

Subitem 3.5.b:

“Contratação direta de serviços de divulgação e publicidade, em afronta ao art. 23, §5º, da Lei de Licitações, conforme registros contábeis do centro de custos da autarquia, totalizando a quantia de R\$ 250.272,18, no período de 2005 a 2008, sendo em referência ao ano de 2005 a quantia de R\$ 113.904,68 (item 42).”

Subitem 3.6.a:

“Contratação direta de serviços de divulgação e publicidade, em afronta ao art. 23, § 5º, da Lei de Licitações, conforme registros contábeis do centro de custos da autarquia, tendo sido gastos nos exercícios de 2006 a 2008 as seguintes quantias: R\$ 21.634,00 - 2006; R 29.689,00 - 2007; RS 60.319,50 – 2008 (itens 42-45 do Relatório de Inspeção).”

Uma vez não comprovada a realização de licitação, e, mesmo tendo-a realizado na modalidade convite (conforme assegura o responsável vinculado ao subitem 3.5.b), descumprido o dispositivo legal inscrito na citação, que veda a utilização dessa modalidade licitatória ou tomada de preços, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, sempre que o somatório de seus valores caracterizar modalidade tomada de preços ou concorrência, respectivamente. Nossa proposição é pela rejeição das justificativas.

Subitem 3.5.d:

“Ausência junto ao processo licitatório das razões que possibilitaram a elevação dos valores previstos do contrato celebrado entre Associação Cearense de Estudos e Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis – ACEP, na ordem de 33,71% e o Crea/CE, em inobservância ao art. 65, “d”, § 1º, da Lei de Licitações (proc. 2005-34.075) (item 88 do Relatório de Inspeção).”

Concordamos com a proposta de acatamento das razões de justificativa ofertadas pela unidade técnica, uma vez que o valor do acréscimo contratual observou o limite imposto pela legislação.

Devemos ponderar, no entanto, que embora o dispositivo legal contido no subitem em tela refira-se ao percentual máximo de acréscimo contratual estabelecido em lei, a audiência, estritamente interpretada, também sugere a busca de motivação para a realização de gastos superiores aos previstos contratualmente.

Subitem 3.5.e:

“Contratação de empresa – Atelier de Expressão e Cultura Ltda. sem o pagamento da ART respectiva, em inobservância à Lei 5.194/66 (proc. 2005-37.660) (item 94).”

Não comprovado o pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica, devem-se rejeitar as justificativas tão somente por esse fato, inadmitindo-se a penalidade em razão do exercício ilegal da profissão, não questionado na audiência, conforme proposto pela Secex no parágrafo 149 da instrução precedente.

Subitem 3.5.f:

“Realização de pagamento antecipado de serviço, em inobservância ao art. 62 c/c o art. 63 da Lei 4320/64 (proc. 2005-36.927) (item 97).”

Subitem 3.5.g:

“Realização de pagamento antecipado de serviço, em inobservância ao art. 62 c/c 63 da Lei 4.320/64 e sem a comprovação da adequação da escolha do veículo eleito para a realização da publicidade e as finalidades do CREA/CE, no valor de R\$ 900,00, de 17/11/05 (proc. 2005-39.485), (item 110 do Relatório de Inspeção).”

O pagamento antecipado de despesas, em regra, encontra óbice nas disposições contidas nos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964.

Porém, o art. 38 da Lei 93.872/1986 veda a antecipação de pagamento, excetuando-se apenas o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, desde que obedecida a forma nele estabelecida e no edital de licitação.

Dessa forma, tendo em vista que os contratos considerados preveem o pagamento na forma realizada pelo Conselho, bem assim as pequenas cifras envolvidas, manifestamo-nos pelo acatamento das justificativas.

Subitem 3.5.h:

“Desvirtualização dos gastos com suprimento de fundos para a realização de despesas que deveriam ser objeto de regular processo licitatório - Despesas Miúdas de Pronto Pagamento (Processos 2005-31.795; 2005-30.545; 2005-33.132; 2005-36.056; 2005-38.288; 2005-34.285; 2005-39.988; 2005-37.473; 2005-31.037; 2005-41.397; 2005-24.935) (item 129 do Relatório de Inspeção).”

Subitem 3.5.m:

“Realização de despesas incompatíveis com as atividades do Crea/CE através de gastos com suprimentos de fundo, citando-se a título de exemplo compra de castanha de caju, recarga de cartões telefônicos etc. encontradas na análise dos processos 2005-31.795; 2005-30.545; 2005-33.132; 2005-36.056; 2005-38.288; 2005-34.285; 2005-39.988; 2005-37.473; 2005-31.037; 2005-41.397; 2005-24.935 (item 129 do Relatório de Inspeção).”

De acordo com o relatório de inspeção, detectaram-se despesas quitadas por meio de suprimento de fundos com lanches e refeições (R\$ 1.080,49), compras de produtos atípicos, como castanha de caju (R\$ 47,00), pagamento de autônomos – RPAs (R\$ 830,00) e despesas de recarga de celular (R\$ 120,00).

Trata-se, em verdade, nos dois casos, conforme consignado no parágrafo 131 do relatório de inspeção (peça 1, p. 19) e discriminado no subitem 3.5.m anterior, de gastos incompatíveis com as atividades do Conselho, passíveis de citação.

Mesmo que tais gastos se harmonizassem com as finalidades institucionais, dificilmente atingiriam valor que suportasse procedimento licitatório.

Logo, acatadas as razões referentes ao subitem 3.5.h e não acatadas as pertinentes ao subitem 3.5.m e, em vista das baixas cifras envolvidas, não recomendável a citação.

Subitem 3.5.i:

“Ausência de documento hábil junto ao processo de pagamento que comprove o ressarcimento do bilhete aéreo relativo ao trecho Fortaleza/Vitória/Fortaleza em favor do Sr. José Maria Freire, cuja informação, constante da CI 402/2005, dá notícia pela não utilização do referido bilhete (proc. 4.182/2005) (item 17 do Relatório de Inspeção).”

Embora mencione-se nos autos a quitação do valor correspondente ao reembolso, resolvendo-se o problema, relevante ponderar que a irregularidade não fundamentaria audiência, mas citação dirigida ao beneficiário do bilhete inutilizado.

Subitem 3.5.j:

“Contratação de advogados para dois cargos de natureza comissionada para realização de atividades já contempladas nas atribuições dos advogados do quadro permanente, em afronta à norma interna (Manual de qualidade e Manual do plano de cargos e carreiras), com o agravante de que um deles sequer reside em Fortaleza e suas atividades não possuem controle por parte da Administração (item 46).”

Subitem 3.6.c:

“Contratação de assessores jurídicos com residência fora da sede do Crea/CE para desempenho de atividades de caráter temporário; contudo a contratação possuiu caráter permanente, sem que houvesse para tanto regime legal que comportasse a autorização e nenhuma forma de controle oriunda da Administração do Conselho sobre as ações por ele desenvolvidas; ademais, em os ambos contratos as atividades desenvolvidas poderiam ter sido desenvolvidas pelo setor jurídico da instituição (itens 67 “b” do Relatório de Inspeção).”

Conforme exposto no relatório de inspeção, um dos advogados fora contratado para acompanhar os processos da entidade em Brasília, o que justifica e recomenda a sua residência na Capital Federal, não havendo qualquer anormalidade nesta situação.

Ademais, trata-se de designação para o exercício de cargo de natureza comissionada, destinada às atribuições de direção, chefia e assessoramento [na situação presente, assessoria jurídica].

Em vista dessas observações, sugerimos o acatamento das justificativas.

Subitem 3.5.k:

“Alteração irregular de carga horária do Sr. Carlos Alberto Mendes Forte, detentor de cargo de advogado do Crea/CE, após o advento da Lei 8.906/94, de 40 horas semanais para 20 horas (item 46).”

Acolhida pela unidade técnica.

Subitem 3.5.c:

“Ausência da realização de cotações de preços, celebração de convênio ao invés de contrato, como requerem os elementos da avença (procs. 2005-36683, 2005-39.316 e 2005-41.585) e extrapolação do prazo de prestação de contas, em inobservância à cláusula 4ª do convênio celebrado entre o Clube de Engenharia e o Crea/CE (item 68).”

A unidade técnica aceitou a justificativa do gestor, mas, alegando a celebração do instrumento de convênio após a execução do objeto e a intempestividade da prestação de contas, que pressuporiam falhas no controle interno e desobediência a princípios da Administração Pública, defendeu a aplicação de multa.

Contudo, não é processualmente possível inserir entre os fundamentos da sanção o atraso na assinatura da avença, vez que a sanção deve balizar-se unicamente nas ocorrências descritas na audiência.

Quanto à apresentação de contas, há documentos nos autos evidenciando a cobrança dirigida ao conveniente em maio de 2006, peça 18, p.7, e, conforme já comentado neste parecer, a prestação de contas é ato de responsabilidade da instituição beneficiária. Conseqüentemente, nossa proposição é pelo acatamento das razões de justificativa.

Subitem 3.5.1:

“Distribuição de recursos provenientes da arrecadação das ARTs a entidades privadas de profissionais sem o devido amparo legal, sob o argumento de fiscalização das atividades profissionais ou de realização de eventos de interesse da classe profissional, muito embora tenha sido detectado pela equipe que se destinam à manutenção das suas ações de custeio (item 70).”

A distribuição de recursos oriundos da ART, primeiro ponto questionado no presente tópico, encontra suporte na Resolução Confex 456/2001, conforme logrou provar o responsável (parágrafos 131-134 da instrução).

Quanto ao segundo aspecto, relacionado à aplicação das verbas em debate em atividades de custeio, o relatório de inspeção não é categórico ao descrever a aventada irregularidade, resultando na formulação de proposta de audiência baseada em conjecturas frágeis, peça 1, p. 12:

Ademais, a distribuição que é feita anualmente pelo Crea levanta indícios que os recursos são distribuídos as entidades com a finalidade de prover parcela de suas despesas de custeio, dado que os eventos realizados por estas associações/entidades poderiam ser desenvolvidos diretamente pelo Crea sem qualquer prejuízo. (Grifos acrescidos)

Diante do exposto, sugerimos o acatamento das justificativas.

Subitem 3.6.b:

“Existência de processo para contratação de advogado destinado a analisar contrato com a Unimed, mesmo havendo advogados na assessoria jurídica (CI nº 236/2009, de 21/9/2009) (itens 58 e 67 “a” do Relatório de Inspeção).”

Por adequar-se à jurisprudência do Tribunal (serviço específico, de natureza não continuada), manifestamo-nos pelo acolhimento da justificativa.

Em vista das considerações consignadas neste parecer, apresentamos ao Tribunal as seguintes proposições:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992 c/c arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, julgar irregulares as contas dos Srs. Otacílio Borges Filho (CPF: 001.976.103-15), presidente do Crea/CE no período 2003 a 2005, e Antônio Salvador da Rocha (CPF: 072.950.143-49), presidente do Crea/CE, período 2006 a 2010, e condená-los ao ressarcimento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Ceará, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

a.1) OTACÍLIO BORGES FILHO:

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

a.1.1) realização de despesa sem amparo legal (confraternização natalina - processo 2005-43771):

Data	Valor (R\$)
19/12/2005	22.000,00
20/12/2005	2.000,00

a.1.2) realização de despesas sem amparo legal (compra de refeições e lanches de forma continuada ou não, cujas despesas não se coadunam com o interesse da instituição):

Data	Valor (R\$)
31/12/2005	37.585,30

a.2) ANTÔNIO SALVADOR DA ROCHA:

a.2.1) realização de despesa sem amparo legal (compra de refeições e lanches de forma continuada ou não):

Data	Valor (R\$)
31/12/2006	28.140,88
31/12/2007	16.369,71
31/12/2008	59.565,67

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 207 e 214, inciso I, do RI/TCU, julgar regulares as contas do Senhor Ésio do Nascimento e Silva (CPF: 074.290.533-00), dando-lhe quitação plena;

c) aplicar aos Srs. Otacílio Borges Filho e Antônio Salvador da Rocha, individualmente, a multa prevista nos arts. 57 e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o arts. 267 e 268, inciso II e III, do RI/TCU, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

d) autorizar a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens “a.1”, “a.2” e “c” anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

e) autorizar, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo os responsáveis ser informados da incidência sobre cada parcela dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, bem do vencimento antecipado do saldo devedor na falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela, nos termos do art. 217, §§ 1º e 2º, do citado RI/TCU.

Ministério Público, em 31 de outubro de 2014.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador